



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LIVRAMENTO

TERMO DE REFERÊNCIA - TR

1.0.DO OBJETO

1.1.Constitui objeto do presente Termo de Referência a pretensa: Contratação de empresa para locação de scanners e impressoras multifuncionais monocromáticas e jatos de tinta para secretarias municipais.

1.2.A contratação do serviço, objeto deste termo de referência, deverá considerar os seguintes normativos: Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Municipal nº 732/2024, de 16 de Janeiro de 2024; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas.

2.0.DA JUSTIFICATIVA

2.1.Para a contratação:

2.1.1.A contratação acima descrita, que será processada nos termos deste instrumento, especificações técnicas e informações complementares que o acompanham, quando for o caso, justifica-se: O Município de Livramento – PB enfrenta atualmente uma situação crítica em relação aos serviços de impressão e digitalização de documentos nas secretarias municipais. O contrato anterior de locação de impressoras e scanners encontra-se encerrado, e a administração pública municipal viu-se diante da necessidade imperiosa de garantir a continuidade desses serviços essenciais para o funcionamento adequado das atividades administrativas. A ausência de equipamentos de impressão e digitalização compromete diretamente a capacidade operacional das diversas secretarias municipais, que dependem desses recursos para a execução de suas atividades cotidianas. Documentos administrativos, processos licitatórios, expedientes de recursos humanos, registros de atendimento ao público, emissão de certidões e demais atos administrativos dependem fundamentalmente da disponibilidade de impressoras e scanners em pleno funcionamento. A situação torna-se ainda mais grave quando se considera que a administração pública municipal trabalha com prazos legais estabelecidos em diversas legislações, e a falta de equipamentos adequados pode resultar em descumprimento de obrigações legais, atrasos em processos administrativos e prejuízos aos munícipes que necessitam dos serviços públicos. A capacidade de resposta da administração municipal aos cidadãos está diretamente vinculada à disponibilidade de recursos tecnológicos que viabilizem a produção e gestão documental. Além disso, o volume de impressões e digitalizações nas secretarias municipais é significativo e constante, demandando equipamentos com capacidade técnica adequada, franquias de cópias compatíveis com a demanda real e assistência técnica permanente. A locação de equipamentos apresenta-se como a solução mais adequada, pois garante a manutenção preventiva e corretiva, substituição de peças, fornecimento de suprimentos e atualização tecnológica, sem que o município precise arcar com investimentos elevados em aquisição de equipamentos que se depreciam rapidamente. A continuidade do serviço público é princípio basilar da administração pública, consagrado constitucionalmente, e a interrupção dos serviços de impressão e digitalização representa grave risco à consecução desse princípio. As secretarias municipais não podem interromper suas atividades, e a população não pode ficar desassistida em razão da ausência de recursos tecnológicos básicos para o funcionamento administrativo. A presente contratação visa, portanto, restabelecer imediatamente a capacidade operacional das secretarias municipais através da locação de impressoras multifuncionais monocromáticas, impressoras laser monocromáticas, impressoras multifuncionais jato de tinta e scanners de mesa, todos com especificações técnicas adequadas às necessidades identificadas em



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LIVRAMENTO

cada setor. A solução proposta contempla equipamentos com diferentes capacidades de impressão, adequados aos volumes específicos de cada secretaria, garantindo eficiência operacional e racionalização de recursos públicos. A contratação emergencial se justifica pela impossibilidade de aguardar os trâmites de uma licitação convencional sem causar graves prejuízos ao interesse público, considerando que o contrato anterior já se encontra encerrado e as secretarias municipais necessitam imediatamente desses equipamentos para dar continuidade às suas atividades essenciais. A solução de contratação proposta atende aos requisitos de economicidade, eficiência e continuidade do serviço público.

2.2. Para a estimativa de quantitativo:

2.2.1. A estimativa das quantidades de equipamentos e do período de locação foi elaborada com base em dados concretos extraídos dos contratos anteriores e do histórico de consumo de serviços de impressão e digitalização das secretarias municipais. A equipe técnica responsável pelo planejamento da contratação realizou levantamento detalhado junto aos gestores de todas as secretarias municipais, identificando a demanda real de cada setor, o volume médio mensal de impressões e cópias, e as especificidades técnicas necessárias para cada tipo de atividade desenvolvida. Os dados coletados demonstraram que a demanda por serviços de impressão e digitalização manteve-se estável nos últimos exercícios financeiros, com pequenas variações sazonais relacionadas a períodos específicos do calendário administrativo, como início do ano letivo, prestação de contas anuais e períodos de fechamento orçamentário. Esses dados históricos permitiram uma projeção confiável das quantidades necessárias para o exercício financeiro de 2026, garantindo que a contratação seja dimensionada adequadamente sem excessos nem insuficiências. O período de locação foi estabelecido em 11 meses, abrangendo o período de março a dezembro de 2026, de modo a garantir a continuidade dos serviços até o final do exercício financeiro. Essa definição temporal permite que a administração municipal planeje adequadamente a realização de procedimento licitatório regular para o exercício seguinte, evitando novas situações de descontinuidade contratual. A duração de 11 meses se mostra razoável e proporcional à necessidade identificada, respeitando os princípios da anualidade orçamentária e do planejamento das contratações públicas. A quantidade de equipamentos foi definida considerando a estrutura administrativa do município, o número de servidores de cada secretaria, o volume de atendimento ao público e as características específicas das atividades desenvolvidas. Foram especificados diferentes tipos de equipamentos com capacidades distintas de impressão e franquias diferenciadas de cópias mensais, permitindo adequação precisa entre o equipamento e a demanda de cada setor, otimizando recursos e evitando desperdícios. As franquias de cópias mensais estabelecidas para cada tipo de equipamento foram calculadas com base no consumo médio histórico acrescido de margem de segurança para situações excepcionais, garantindo que não haja interrupção dos serviços por esgotamento da franquia contratada. Essa metodologia assegura que as necessidades administrativas sejam plenamente atendidas durante todo o período contratual, conferindo previsibilidade e segurança à gestão documental das secretarias municipais.

3.0. DO SERVIÇO

3.1. As características e especificações do objeto da referida contratação são:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT. EQUIP.	P. UNIT	QUANT. MESES	P. MENSAL
------	-----------	-----	---------------	---------	--------------	-----------



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LIVRAMENTO

1	LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS MONOCROMATICAS COM IMPRESSÃO DE 40 CÓPIAS POR MINUTO, FRANQUIA DE 4.000 CÓPIAS POR EQUIPAMENTO E SUPLEMENTOS INCLUSOS.	Unidades	11	305,44	11	36.958,24
2	LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS LASER MONOCROMATICAS COM IMPRESSÃO DE 40 CÓPIAS POR MINUTO, FRANQUIA DE 1.000 CÓPIAS POR EQUIPAMENTO E SUPLEMENTOS INCLUSOS.	Unidades	6	163,33	11	10.779,78
3	LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAL JATO DE TINTA COM IMPRESSÃO DE 13 CÓPIAS POR MINUTO, FRANQUIA DE 1.000 CÓPIAS POR EQUIPAMENTO E SUPLEMENTOS INCLUSOS.	Unidades	2	408,58	11	8.988,76
4	SCANNER DE MESA ULTRACOMPACTO E PODEROSO COM UM DESIGN ROBUSTO E MANUSEIO DE PAPEL CONFIÁVEL PARA CAPTURAR VÁRIOS TAMANHOS E FORMATOS DE DOCUMENTOS, INCLUINDO PASSAPORTES. SEU ALIMENTADOR SUPORTA ATÉ 60 FOLHAS E COM VELOCIDADE DE ATÉ 90 IPM. VELOCIDADE DE	Unidades	2	258,91	11	5.696,02
TOTAL						62.422,80

4.0.DO TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA ME/EPP

4.1.Na referida contratação será concedido tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos limites previstos da Lei 123/06, consideradas as hipóteses e condições determinadas no Art. 4º, da Lei 14.133/21; inclusive nos termos das disposições contidas nos Arts. 47 e 48, por estar presente a exceção prevista no inciso IV, do Art. 49, da Lei 123/06: Licitação dispensável - Art. 75, II, da Lei 14.133/21.

4.2.No processo, portanto, deverá ser considerado preferencialmente apenas os executantes enquadrados como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Equiparados, nos termos da legislação vigente.

5.0.DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

5.1.Nos termos da norma vigente o valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

5.2.Informamos que, relativamente ao procedimento em tela, existe previsão de dotação específica no orçamento vigente, apropriada para a devida execução do objeto a ser contratado, conforme consulta prévia efetuada ao setor responsável.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LIVRAMENTO

5.3. Na pretensa contratação o valor estimado foi definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização do seguinte parâmetro: contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de um ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente.

5.4. Com base nos custos para execução do objeto da contratação, definidos por meio de parâmetro de aferição do melhor preço na forma estabelecida no Art. 23, § 1º, da Lei 14.133/21, relacionamos abaixo a média dos preços encontrados.

5.5. O valor total é equivalente a R\$ 62.422,80.

6.0. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1. Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou outros instrumentos hábeis.

6.2. Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste.

6.3. Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos ou serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais.

6.4. Observar, em compatibilidade com o objeto da contratação, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

7.0. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1. Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado.

7.2. Substituir, arcando com as despesas decorrentes, os materiais ou serviços que apresentarem defeitos, alterações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados somente após o recebimento ou pagamento.

7.3. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante.

7.4. Manter, durante a vigência do contrato ou outros instrumentos hábeis, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de regularidade e qualificação exigidas no respectivo processo de contratação direta por Dispensa de Licitação, conforme o caso, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado.

7.5. Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que efetivamente apresentou a documentação de regularidade e qualificação exigidas quando da instrução do referido processo de contratação direta.

7.6. Executar todas as obrigações assumidas sempre com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes.

7.7. Observar, em compatibilidade com o objeto da contratação, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

8.0. DOS PRAZOS E DA VIGÊNCIA

8.1. O prazo máximo para a execução do objeto desta contratação e que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado da assinatura do Contrato ou equivalente:



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LIVRAMENTO

8.1.1. Início: Imediato;

8.1.2. Conclusão: 11 (onze) meses.

8.2. A vigência da presente contratação será determinada: 11 (onze) meses, considerada da data de assinatura do respectivo instrumento de ajuste; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

9.0. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO - REAJUSTE

9.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

9.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do seguinte parâmetro, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo IPCA-IBGE.

9.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

9.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

9.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

9.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.8. O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

9.9. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

10.0. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

11.0. DA VERIFICAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA

11.1. Habilitação jurídica

11.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.2.1. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

11.2.2. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LIVRAMENTO

contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.2.3. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.2.4. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

11.2.5. Ato de autorização para o exercício da atividade de (especificar a atividade contratada sujeita à autorização), expedido por (especificar o órgão competente) nos termos do art. da (Lei/Decreto) n°

11.2.6. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.3. Habilitação fiscal, social e trabalhista

11.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

11.3.1. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n° 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

11.3.2. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

11.3.3. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 1º de maio de 1943;

11.3.4. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.3.5. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

11.3.6. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LIVRAMENTO

11.4. Qualificação Econômico-Financeira

11.3.1 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

12.0. DO CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

12.1. Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

11.2. Por se tratar de serviço, a assinatura do termo detalhado de recebimento provisório, se dará pelas partes, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do Contratado. No caso do termo detalhado de recebimento definitivo, será emitido e assinado pelas partes, apenas após o decurso do prazo de observação ou vistoria, que comprove o atendimento das exigências contratuais, não podendo esse prazo ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados.

13.0. DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO

13.1. Serão designados pelo Contratante representantes com atribuições de Gestor e Fiscal do contrato, nos termos do Art. 117, da Lei 14.133/21, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.

14.0. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. O fornecedor ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a - advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b - multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d - impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f - aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

14.2. Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LIVRAMENTO

15.0.DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

15.1.Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula: $EM = N \times VP \times I$, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado: $I = (TX \div 100) \div 365$, sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Livramento - PB, 02 de Fevereiro de 2026.

MARCUS MONTENEGRO DE AQUINO
Secretário de Administração e Finanças